

Acta nº 37

Acta da sessão de 21 de Dezembro de 1984

Às 21 de Dezembro de 1984, reuniram-se às 21 horas a Assembleia Municipal no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Aberta a sessão, procedeu-se à chamada dos deputados, a que não responderam: Alexandre dos Reis Amador, Manuel Rodrigues Gonçalves, António José Vaininho Boncelho, Augusto Manuel Gonçalves Aníago, José Daniel Marchão Bento, João Leal do Belo, Mário João António Baltazar, Eduardo Manuel Regineis Ribeiro, José Martinho Paes Rorinho, e Cândido do Bento Bento.

Constatado o quorum, procedeu-se à leitura da acta da sessão de 16.11.84 que foi aprovada por 15 votos a favor e 4 abstenções.

Os deputados José Pimenta e Francisco Sena declararam a sua abstenção na aprovação da acta, pelo facto de não terem assistido à sessão a que dizia respeito.

A mesa propôs alterações à ordem de trabalhos, tendo o deputado Fernando Soares outras alterações.

Sobre as duas propostas à votação, a proposta da mesa teve 9 votos a favor e a do deputado Fernando Soares teve 6 votos a favor.

O deputado Moreira Matos declarou que se absteve, pelo facto de a diferença entre as propostas não trazer qualquer vantagem duma sobre a outra.

Segundo a ordem de trabalhos, ficou ordenada:

- 1: Votação do 1.º Secretário da Assembleia Municipal
- 2: Informação do Senhor Presidente da Câmara
- 3: Apresentação e Votação de C.M. para aquisição do Jardim e Palácio do Plano.
- 4: Apresentação e Votação do "Plano de Actividades e Documentos do Município para o ano de 1985."
- 5: Apresentação e Votação de proposta para construção do novo edifício da Repartição de Finanças por adm. directa
- 6: Apresentação e Votação do Código de Costuras.

Sanecho

Entrando-se no período das informações o Presidente da Mesa deu informações de correspondências recebidas, em especial da D. Joaquina Vaz e do Sr. José Pedro Marques Sena.

O deputado José Agostinho Henriques desejou boas-festas à população do Concelho e a todos os deputados municipais.

Entrando-se na ordem de trabalhos, procedeu-se à eleição do 1.º Secretário por votação secreta, tendo resultado:

11 votos favoráveis ao deputado Moisés Pato

1 voto favorável ao deputado José Eduardo Monteiro

7 votos em branco. - O deputado Pato tomou o lugar de 1.º secretário.

As informações do Presidente da Câmara foram sobre o quartel da GNR; atenu sanitário; freguesia de Leda; obras na Repartição de Finanças; aquisição do plano; pavilhão gino-desportivo.

O deputado José Agostinho pediu informações sobre os auxílios da Câmara aos grupos instituídos em pleno para a cultura assim como em questões de limpeza e falta de bica da Fontinha.

O deputado Moisés falou sobre o atraso da recolha do lixo e a metodologia das informações do Sr. Presidente da Câmara que pretende mais discriminadas.

O deputado José Eduardo disse sobre a orientação da recreação do grupo desportivo ADA no que respeita ao contrato de jogadores e mencionou os custos excessivos do quartel da GNR.

O Presidente da Câmara informou de todas as ajudas e subsídios dados a ADA, GAC, Bombeiros, Rancho, etc, desconhecendo ou não podendo intervir nos casos em que foge ao âmbito da Câmara e pertence às direcções das colectividades.

No que respeita ao plano sobre a aquisição do plano, foi lida a carta da Câmara expondo o assunto para a aquisição do imóvel plano e as demarches já efectuadas, a que o Sr. Presidente da Câmara fincou outros promessores.

O Sr. Presidente da Mesa, disse que 30.000 euros é muito dinheiro para que venhamos a prometer-nos sem outras informações para a aquisição do prédio.

O Presidente da Câmara informou que a casa ocupa 3.000 m² e o jardim 17.000 m² e há que fazer obras a médio prazo.

O deputado José Eduardo insistiu no acatamento do contrato que lhe pareceu pouco claro e que desejaria que a chave do prédio fosse entregue à Câmara quando do pagamento das últimas prestações, e que a Câmara intentasse a classificação para o local do imóvel como de interesse público. Logo a autorização para a aquisição do terreno é votada, deu:

11 votos favoráveis à aquisição nos termos da proposta e 8 votos de abstenção dos deputados.

O deputado Moisés fez declaração de sua abstenção por não se sentir suficientemente certo do valor da compra.

O deputado Manuel Isaac declarou a aquisição de interesse.

O deputado João Buxo declarou que a sua abstenção se deve a não estar convencido por uma decisão favorável.

O deputado José Eduardo declarou ter votado a favor e felicitou o Município, chamando a atenção para o facto do imóvel só custar 20.000. contos e um simples edifício para a Repartição de Finanças estar custando em 28.000 contos.

O deputado Moisés Ramos declarou ter votado favorável à aquisição que considera valiosa embora lamentando não se ter cumprido a decisão de visitar antes o imóvel.

O Presidente da Mesa declarou que a sua abstenção se baseou no falta de esclarecimento do negócio e situação do prédio e porque não ficou claro o termo do contrato. De seguida pediu ao deputado Fernando Soares que se interessasse para intervir, em vez de tirar impressões com a assistência.

O deputado Fernando Soares manifestou o seu desagrado pelas intervenções do Presidente que considerou incorrectas.

O Sr. Presidente justificou a sua actuação, afirmando que sempre se dirigiu à Assembleia com correcção e no seu âmbito.

Fez ainda recomendação para se considerar o jardim do terreno de interesse público. A proposta vai no sentido de condicionar a aprovação da aquisição do imóvel com a acção da Câmara a pedir a classificação de interesse público para o jardim. Votada esta proposta, deu 18 votos a favor e 1 abstenção. A Câmara deverá cumprir esta recomendação da Assembleia.

Sancho

Entram-se de seguida no ponto sobre a apreciação e votação do Plano das Petividades e Orçamento do Município para o ano 1985.

O Presidente da Câmara deu informações em que se baseou o orçamento para 1985 em promessas que a Assembleia ouviu.

O deputado Trates pediu para se ler o parecer do Conselho Municipal.

O deputado Mirás fez referências ao facto do orçamento não servir de actualização da Câmara uma vez que a maioria das rubricas não serão utilizadas nos diversos anos em que são orçados.

A maior parte não parece de obras intensões.

O Manuel Isaac fez referências a algumas rubricas orçadas em 1984 que não foram cumpridas.

O deputado Trates afirmou que o parecer do Conselho Municipal veio de encontro às observações feitas pela Assembleia.

O Presidente da Mesa discordou de diversas rubricas de "Outros" que pretendem uma latitude de quantias, que deveria ser melhor explicitada.

Fez perguntas ao Presidente da Câmara, que foram esclarecidas. Procedendo-se à votação, foi o orçamento aprovado por 19 votos a favor, sem votos contra ou abstenções.

Sobre o ponto referente à apreciação e votação de proposta de construção do novo edifício para a Repartição de Finanças, o deputado João Buxo pediu mais esclarecimentos.

O Presidente da Câmara expôs as razões do pedido informando que o edifício a construir por administração directa da Câmara irá ser indirectamente custeado pelo Ministério das Finanças, uma vez que o virá a adquirir depois de pronto, pelo valor de 27.000 contos e que se além não aproveitar a chance esta verba será dispendida noutro concelho.

O deputado Trates discordou da descentralização dos edifícios públicos, em inconvenientes para os utentes que neste caso se terão de deslocar ao Bairro a sul da Vila. É comentado que mais uma vez a Assembleia se vê obrigada a votar favorável por interesses económicos para o concelho o que por outras razões deveria discordar.

O deputado Manuel Isaac opinou pela construção do

edifício em causa, num local mais próximo do centro.

O deputado José Afonso disse que não há necessidade de construção de um novo edifício, depois das obras nas Finanças.

O deputado Moisés emendou que a distinção é prejudicial às pessoas idosas obrigadas a deslocar-se aos extremos de Vilg para tratar de assuntos legais.

Logo à votação o resultado foi de 7 votos a favor e 3 votos de abstenção, com 0 votos contra.

O deputado José Eduardo fez declaração de que se absteve por não ver necessidade de um novo edifício para as Finanças.

O deputado Manuel Isaac absteve-se por discordar do local. Lançou-se à análise e aprovação das fusões comunitárias.

Porém, por impossibilidade de emissão mandatada pelo Assembleia, ter um parecer sobre o código proposto, foi a votação adiada para uma nova e próxima sessão.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão de que fez o presente acta que vai ser assinada.

João Moisés

João Jesus

Acta n.º 38

Em 22 de Fevereiro de 1985 reuniu nos Paços do Concelho de S. João do Oitavo a Assembleia Municipal em sessão ordinária, pelas 21 horas.

Aberta a sessão procedeu-se à chamada dos deputados e que faltaram Augusto Manuel Gonçalves Pinheiro, Manuel Isaac Neves Mendes Correia, José Daniel Marchão Bento, José Manuel Rego Guedes, António João Lopes Vinagre, José António Alves Lourenço, pelo que se verificou quorum.

Procedeu-se à leitura da acta da sessão de 21-12-84 que após rectificações, foi aprovada por 20 votos a favor, com 3 abstenções.

No período de antes da ordem de trabalhos, o Dr. António Vinagre apresentou 2 propostas e uma proposta em nome do grupo político APV.

A proposta n.º 1 que se transcreve:

« A Assembleia Municipal ao tomar conhecimento que as verbas do Orçamento do Estado para as Autarquias, para o ano de 1985, são inferiores às do ano de 1984, tendo em atenção a inflação,